

Governo ainda tem o poder político 10

O velho Congresso, com poucos meses de mandato a cumprir, enfrentou afinal o novo presidente da República, com cinco anos de mandato pela frente e ainda carregado dos milhões de votos que pavimentaram seu caminho. Antes de ser substituído, o leão arreganhou os dentes. O gesto não foi fatal mas assustou. O governo se refez, reeditando medida provisória, num procedimento de constitucionalidade duvidosa embora respaldado num parecer normativo do governo anterior. Saulo Ramos voltou a ser autor citado e revivem práticas adormecidas para impedir que fosse pelos ares o plano econômico. É possível que o presidente Collor não esteja com a Constituição e a lei mas também é possível que no caso esteja com a razão, pois nada justifica que se transfira o comando da economia nacional do governo para os tribunais regionais do Trabalho. A inexistência de dispositivos constitucionais e legais que evitem situações absurdas como essa torna palatáveis procedimentos esdrúxulos que afetam a ordem democrática.

Pelo que se viu, o governo não perdeu sua maioria fluida a não ser momentaneamente. Possivelmente por erro de condução no plenário mas certamente sob o impacto de alguns dados negativos que se assentam na tradição de auto-suficiência dos agentes do poder triunfante e no também tradicional fisiologismo dos políticos. Excesso de confiança, certo desdém pelo poder do Congresso e erros de avaliação diversos são invocados para explicar o inesperado comportamento de uma maioria eventual. Mas esses são os ingredientes habituais do tipo de acidente sofrido pelo governo, que corre esses riscos graças ao nem sempre justificável sentimento de segurança dos seus componentes. Perderam as instituições, mais do que perdeu o governo.

Os fatos que teriam motivado a insubordinação parlamentar, como tal considerada a votação contrária à Medida Provisória 185, indicam o agravamento gradual de relações governo-Congresso. Demora no preenchimento de cargos federais nos estados, recusa de indicações políticas, esnobação de deputados nos gabinetes de ministros e secretários, ameaça às concessões de canais de rádio e televisão feitas no governo anterior por inspiração política, tudo isso é matéria do conhecimento de quem exerce liderança parlamentar e não estaria em qualquer cota de imprevisibilidade. Mas há votos e não-votos que nem sempre se explicam pelas razões invocadas. Se deixaram de votar os deputados José Serra e Genebaldo Vieira, cujos partidos ficaram contra a medida, votaram expressamente contra ela deputados como Sandra Cavalcanti, do PFL, e Carlos Santana, vinculado este último a uma situação estadual *collorida*.

Houve enfim um acidente e o governo poderá recompor-se na medida em que se

dispuser a eliminar suas causas visíveis e invisíveis, mas ficou a lição de que na rela-

ção entre poderes nada explica o excesso de

presunção na sua própria força. O poder do

Congresso em ano eleitoral e em fim de

mandato está condicionado a fatores tam-

bém conhecidos e que retiram agressividade

a suas decisões. Ou a aumentam, conforme

a circunstância eleitoral. Mas ia também

não tem sido inédito o excesso de confiança

de lideranças que costumam a perceber que

perderam o controle da representação parti-

dária. Poder que nem sempre pode, ele ago-

ra pode ameaçar. Ameaçou o presidente

Collor de entregar o destino do seu plano a

juizes que, se têm responsabilidade jurídica,

demonstram ter escassa responsabilidade

política. Eles podem repor direitos mas se

abstem de assumir o desastre por conse-

quências políticas que escapam à sua juris-

dicação.

Collor reagiu com um ato de jurisdicida-

de duvidosa. Mas o fato é que ele detém

ainda poder político para que seus atos

sejam assimilados por quem poderia revo-

gá-los. Salvo se o assunto for levado aos

tribunais, que mantêm a imprevisibilidade

de decisões das pessoas que usam saia, bat-

ina ou toga.

O PMDB de São Paulo

O deputado Fernando Gasparian tem esperança de que o partido que passou ao controle do governador Orestes Quercia possa eleger o sucessor e assegurar a presen-ça na futura Câmara de uma numerosa bancada. Em 1986, o PMDB paulista elegeu 28 deputados federais. Hoje eles são apenas 15. Os demais emigraram para o PSDB e para outras legendas. Mas Gasparian acredita num reforço da representação pemedista de São Paulo na próxima eleição.

Carlos Castello Branco